



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

Martins Cordeiro, Janaina

A experiência histórica das gentes – uma entrevista sobre o franquismo, com Antonio
Cazorla Sánchez

Estudos Ibero-Americanos, vol. 43, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 490-496

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134651133022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A experiência histórica das gentes – uma entrevista sobre o franquismo, com Antonio Cazorla Sánchez*

La experiencia historica de las gentes – una entrevista sobre el franquismo, con Antónío Cazorla Sánchez

The historical experience of people – an interview about Francoist Spain, with Antonio Cazorla Sánchez

Janaina Martins Cordeiro**

Nací en 1963 en Almería, en el barrio medio obrero y medio marginal de La Chanca [...] Soy un producto del sistema público de educación tardo y posfranquista. Mis padres pasaron hambre en la posguerra y algunos de mis familiares fueron represaliados por el régimen. Uno de ellos fue ejecutado. Sin embargo, cuando Franco murió me sentí muy triste, a pesar de que no hubo escuela aquella mañana del 20 de noviembre de 1975. La tristeza de aquel niño de doce años era compartida en ese momento por millones de españoles que creían que el hombre que acabara de fallecer había sido la mejor solución posible para un país difícil de gobernar (CAZORLA, 2015, p. 17).

É assim que Antonio Cazorla Sánchez, catedrático de História Contemporânea da Europa na Universidade de Trent (Canadá), se apresenta aos leitores de *Franco. Biografía del mito*, livro que publicou em 2013, em língua inglesa e em 2015, na Espanha. Antes, no entanto, esclarece que não tem a menor simpatia por

Franco, sobre quem se diz convencido de que foi um homem “cruel, egoísta e um tirano, que fez muito mal a milhões de pessoas” (CAZORLA, 2015, p. 17). Mais que indicar o lugar de fala do autor, como é sua intenção fazer, o trecho nos dá importantes elementos para refletirmos sobre a pluralidade dos comportamentos diante de regimes autoritários e sobre as relações complexas estabelecidas entre sociedades e seus tiranos. Particularmente, nos propõe considerar sobre os processos de *acomodação a* e o *convívio com* um regime marcado pelo uso sistemático da violência política e social.

Cazorla é um dos mais importantes estudiosos do primeiro franquismo na atualidade. Presença importante e recorrente na bibliografia em língua espanhola e inglesa sobre a história recente da Espanha, seu trabalho, no entanto, ainda é pouco conhecido no Brasil. Além da biografia de Franco citada anteriormente, é autor também de *Miedo y progreso: los españoles de a pie bajo el franquismo, 1939-1975* (Madri: Alianza, 2016) e *Las cartas a Franco de los*

* Agradeço à Lívia Magalhães a tradução para o espanhol das perguntas.

** Professora Adjunta de História Contemporânea do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

españoles de a pie (Barcelona: RBA, 2014), bem como de outros tantos livros e uma série de artigos sobre o tema. Suas reflexões são de extremo significado para os pesquisadores interessados em compreender as formas a partir das quais podemos tomar como objeto de estudos a vida cotidiana em sociedades que passaram por experiências ditatoriais ou autoritárias.

A historiografia espanhola sobre o franquismo, acompanhando um movimento mais amplo da historiografia europeia sobre os regimes autoritários que o continente experimentou no período entre os anos de 1920 e 1940¹, vem passando, desde algumas décadas, por uma expressiva renovação. Assim, se durante muito tempo os estudos sobre a ditadura de Franco dedicaram-se a compreender estes anos (1939-1975) sob o viés das lutas de classes ou esteve concentrada em discussões de fundo teórico, como aquelas que buscavam debater o caráter fascista – ou não – do regime, mais recentemente as pesquisas voltam-se para outros tipos de questionamentos. Nesse sentido, ganham o centro do debate as perspectivas de uma História social “vista de baixo”, interessada nas atitudes sociais das “pessoas comuns” e nas relações por elas estabelecidas com o regime ditatorial e com processos de violência política. Buscando ultrapassar o binômio *resistência/colaboração*, as propostas tratam de delimitar aspectos como as opiniões, as percepções e motivações que informaram a vida social ao longo de mais de três décadas de ditadura (BURGOS, 2014). Enfatizam, de modo especial, aspectos culturais da sociedade espanhola, suas tradições e experiências históricas específicas, verificando como tais aspectos ajudaram a moldar as atitudes sociais ao longo da ditadura.

No Brasil, apenas muito recentemente as discussões em torno dos comportamentos sociais sob a ditadura civil-militar pós-1964 vêm ocupando lugar expressivo no debate acadêmico. Tributárias, em certa medida, do processo de renovação que marcou a historiografia sobre a ditadura do Estado Novo (1937-1945) a partir das décadas de 1980 e 1990, também aqui o interesse pela compreensão da ditadura como produto social ou os processos de acomodação e convívio com a violência instaurada pelo regime vêm se tornando objeto de interesse dos pesquisadores². São ainda escassos, no entanto, os estudos que adotam uma perspectiva da História do Cotidiano e que buscam tomar como objeto a vida comum e as demandas por normalização no quadro de um dia-a-dia marcado pela violência,

pela ditadura e, como nos explica Cazorla para o caso da Espanha, também pela fome, pela miséria e pelo trágico legado da Guerra Civil.

Este é um dos aspectos pelo qual nos interessa olhar com atenção para a obra de Cazorla. Para além, evidentemente, da importância central dos acontecimentos que tiveram lugar na Espanha a partir da Guerra Civil (1936-1939) para a compreensão do século XX, suas análises sobre a ditadura de Franco nos coloca diante de questões de suma importância, do ponto de vista teórico e metodológico para pensarmos as atitudes sociais sob regimes autoritários.

Nesta entrevista, realizada por e-mail, conversei com o professor sobre o processo de renovação da historiografia sobre o franquismo, sobre as políticas de memória – seus avanços e seus limites – e o processo de transição democrática na Espanha, bem como sobre projetos futuros. Cazorla nos conta rapidamente, por exemplo, sobre o projeto de criar um museu on-line da Guerra Civil. Para ele, tal iniciativa promoveria a conexão entre as “diferentes ilhas de História Pública, agora dispersas, que existem na Espanha e no mundo, sobre a Guerra Civil e o franquismo”.

Era especialmente caro para mim conversar com o historiador sobre seu interesse por uma História Social da ditadura de Franco, as possibilidades de escrever a história “de la gente sin historia”, como ele próprio diz e, neste sentido, colocar o debate sobre algumas questões de fundo teórico e metodológico. Por exemplo, quem são os *españoles de a pie* cuja história Cazorla propõe contar? Quais problemas – metodológicos – expressões como *homens comuns* colocam ao historiador? A quem o autor se refere quando as utiliza? Como definir quem ou o quê é *comum*? Qual a validade de seu uso?

Dessa forma, embora a entrevista proponha uma visão panorâmica em torno das questões acima referidas, ela se concentra principalmente em dois de seus livros, os mais recentemente publicados na Espanha: *Miedo y Progreso: los españoles de a pie bajo el franquismo, 1939-1975* e *Franco: biografía del mito*.

Ambos constituem interessantíssimos esforços de pesquisa no sentido de trazer à tona as formas a partir das quais a sociedade espanhola relacionou-se com a ditadura e seu ditador em um contexto extremamente difícil, que envolvia as privações, misérias e dilaceramentos – políticos, sociais, familiares, afetivos – que o processo da Guerra Civil e os primeiros anos da ditadura colocavam. Os livros tratam, portanto e de maneira geral, de tentar captar as formas a partir das quais a Espanha vivenciou, de modo plural, uma longa

¹ Sobre a historiografia europeia dos regimes autoritários do século XX, cf.: ROLLEMBERG; QUADRAT, 2010, v.1.

² Cf., principalmente, GOMES, 1988.

ditadura, tentando deixar para trás traumas profundos, acomodando-se, no entanto, ao sentimento cotidiano de medo e ao fato de que Franco era a opção possível e viável para um país de tradições muito específicas, cuja identidade com a Europa parecia cada vez mais distante.

Em *Miedo y progreso*, por exemplo, Cazorla nos propõe refletir sobre as formas a partir das quais se constrói, cotidianamente, as relações sociais com o medo e com a violência ditatoriais. Além disso, considerando a especificidade do caso espanhol, o historiador elabora instigante estudo sobre como cidadãos tiveram que acomodar suas ideias, vocabulário, expectativas para o futuro e antigas lealdades às circunstâncias da ditadura. O que se esboça, a partir da pesquisa empreendida pelo autor – fartamente documentada em fontes de tipos diversos – é um extraordinário trabalho de História Social, dedicado a tentar compreender a experiência de espanhóis comuns que viveram entre 1939 e 1975.

Acompanhando a tendência mais geral e atualmente em voga de pensar o franquismo a partir das idiossincrasias do processo histórico e da cultura espanhola, ao invés de reduzi-lo a “uma forma de fascismo”, Cazorla, não obstante, não isola o país do contexto europeu. Não seria mesmo possível fazê-lo e nem o caso. Assim, na medida em que o historiador nos apresenta a articulação entre as ideias de *medo* e *progreso* como um dos aspectos fundamentais de seu estudo, propõe uma análise sobre o franquismo no contexto mais amplo do pós-guerra europeu: como e de que lugar os espanhóis viram – se é que viram – os Trinta Gloriosos da Europa Ocidental? Como viviam os espanhóis em um contexto em que, no ocidente da Europa, se constituía o que ficou conhecido como o pacto entre capital, trabalho e Estado? Um pacto, diga-se de passagem, constituído fortemente em torno das ideias de *democracia* e *progreso*. Nesse sentido, que pactos foram possíveis, sob a ditadura para a construção do progresso naquele país? Ou antes, que tipo de progresso era possível sob uma ditadura?

Sob este aspecto, o autor contesta a tese de que o franquismo teria sido fundamental no processo de transição e transformação da Espanha em uma nação moderna. Chama atenção, antes, para as fomes e miséria em que a sociedade viveu durante as décadas de 1940 e 1950 e apresenta os custos e os limites do

“milagre econômico” dos anos 1960. Demonstra que a vida comum na Espanha de Franco constituiu-se à partir da necessidade de se adaptar a tais circunstâncias, malgrado o discurso oficial, que falava do país como uma ilha de paz e progresso, em meio a uma Europa recentemente saída da guerra e devastada pelo conflito.

Sobre a biografia de Franco, em um primeiro momento, podemos nos perguntar por que a trajetória de vida do *Caudillo* interessaria a um historiador dedicado aos estudos sobre a experiência histórica do homem comum. Não obstante, é preciso atentar para o fato de que não se trata de uma biografia tradicional. Sobre isso, Cazorla explica: “Hay excelentes biografías de Franco, lo que no hay, o mejor había, es una explicación de quién fue Franco para los españoles”. Assim, não é a vida de Francisco Franco Bahamonde (1892-1975) que interessa ao historiador, mas sim, a biografia do *mito*, que começou a forjar-se ainda no processo da Guerra Civil, mas que sobreviveu à sua morte, transcendendo-o e transmutando-se em aguerridas batalhas de memória, que subsistem ainda.

Portanto, é a esta missão – a de contar como a sociedade espanhola se relacionou com a imagem de Franco e também como esta se transformou ao longo dos anos – a que se dedica o historiador em *Franco. Biografía del mito*. Assim, ao longo do livro, Cazorla vai nos mostrando como se forjou no imaginário coletivo espanhol as representações em torno de Francisco Franco, um general que, nos primeiros dias da Guerra Civil, não era considerado pela imprensa como uma liderança importante. Nesse sentido, Cazorla está preocupado em demonstrar as formas a partir das quais o general transformou-se em *Generalísimo*. Aponta também para o fato de que a imagem do ditador foi modificada de acordo com as demandas sociais e com as diferentes conjunturas que a ditadura atravessou. O *mito* construído e reconstruído, moldando aquela sociedade, mas também sendo moldado por ela.

Enfim, a seguir o leitor encontrará elementos interessantes para refletir sobre o ofício do historiador, mas também a respeito de questões específicas que as pesquisas sobre o cotidiano em regimes autoritários podem suscitar.

■ En Brasil y en Sudamérica, la historiografía acerca de las últimas dictaduras hace muy poco tiempo se ha direccionado para la problemática de los sostienes u de los comportamientos sociales bajo dichos regímenes. En contrapartida, en España este proceso, aunque reciente si comparado a las historiografías alemana e italiana, ocupa hace algunas décadas determinados segmentos de la historiografía. Algunos de sus trabajos han sido muy importantes en dicho proceso. ¿Usted podría hablar un poco más acerca de las formas a partir de las cuales la historiografía española ha pasado a enfrentar las cuestiones de los sostienes y de los comportamientos bajo el franquismo?

□ *Hasta hace aproximadamente unos veinte años, la visión que se tenía en España de las actitudes sociales bajo el dictadura de Franco tenía dos problemas de rigidez teórica graves: 1) En parte por influencia de las teóricas del totalitarismo y la obsesión por discernir si el franquismo era fascismo o no, la historiografía española estaba dominada por la creencia de que solo la represión, la propaganda y la incultura de la gente explicaban el aparente silencio de las masa bajo la dictadura. El estudio de las instituciones franquistas, los partidos y sindicatos clandestinos, y las ideas dominaban el interés de los historiadores. En suma, la Historia Política y la Intelectual proporcionaban el marco y los límites de los análisis. 2) El segundo problema, en parte derivado de los trabajos desarrollados en Italia por, entre otros Renzo de Felice y sus críticos, era que el marco teórico se movía entre dos polos opuestos (resistencia y consenso) sin tener mucho que decir sobre lo que pudiese haber en medio. Este panorama cambió bastante súbitamente alrededor del año 2000. Por entonces los historiadores pusimos más énfasis en 1) el papel de los valores socioculturales (catolicismo, por ejemplo) y las experiencias históricas de la gente (rechazo de la violencia y miedo a que estallase otra vez una guerra civil); y 2) comenzamos a explorar las “zonas grises” de la actitudes sociales y políticas mientras que, al mismo tiempo, empezamos a rechazar la palabra “consenso” aplicado a dictaduras: consenso implica acuerdo sobre algo, y no hay acuerdo libre sin libertad. A estos dos cambios se unió el deseo de entender por qué la gente, incluso los pobres y las víctimas de la dictadura, se ajustaron y hasta aceptaron muchos de los valores de esta, lo que era evidente en historias orales y en los escasos estudios sociológicos hechos durante la dictadura. Digamos, en suma, que los historiadores nos volvimos más escépticos con los mitos de nuestro propio antifascismo, menos militantes*

políticos, y abrimos los ojos a la complejidad, a veces contradictoria, de las historias de la gente.

■ Otra problemática abordada en sus trabajos – y acerca la cual solamente empezamos a trabajar en Brasil – es la relativa a la vida de los “españoles de a pie” – “ordinary lives”, en el original en inglés – bajo la dictadura de Franco. Desde el punto de vista teórico e historiográfico, ¿no hay complicaciones en definir que son los “hombres y mujeres de a pie” o estas “vidas comunes”?

□ *Es una pregunta con muchas ramificaciones. En primer lugar, creo que los historiadores de las dictaduras debemos estamos acomplejados antes las categorizaciones sociales y culturales provenientes de otras disciplinas. Olvidarnos un poco que la Ciencia Política es menos ciencia de lo que pretende, y lo mismo vale para la Sociología, pues metida entre muchas categorías, que se presenta como asépticas, lo que tenemos son valores y construcciones culturales nada objetivos. En el caso de España, se ha prestado demasiada atención al papel de la clases sociales (sean lo que sean estas, y cómo las separamos) y a la dicotomía de si el franquismo era fascista o no, y no tanta, por lo menos hasta hace poco, a cómo la gente experimentaba y pensaba las diariamente a la dictadura, eso que llamamos ahora Nueva Historia Cultural o Historia de la Sociedad. Yo creo que a la mayoría de la gente le daba entonces y le da ahora igual cómo los definimos en términos analíticos socio-políticos o si el franquismo era fascista o no, lo importante es cuál era su relación diaria con el régimen, que le daba o le quitaba este, en suma, cómo era su vida y cómo se veían a sí mismos. A los historiadores, como animales políticos, nos gusta creer que la gente tiene nuestros mismos intereses y formas de análisis. No es cierto, de la misma manera que los historiadores no ven lo mismo al observar una calle que, por ejemplo, los psicólogos.*

Como digo en al introducción de “Miedo y Progreso”, la “gente común” y las “vidas comunes” son las propias de la gente de la que no reconocemos su nombre, ni siquiera los especialistas. Este uso vago, poco preciso, de los términos parte de mi convicción de que todas nuestras categorizaciones sociales son ambiguas, sin corte claro: ¿qué es ser pobre, culto, burgués, religioso, etc? Y esta ambigüedad está detrás de los análisis de los grandes teóricos. Por ejemplo, llevamos más de un siglo hablando de proletarios y no sabemos exactamente qué son, salvo que Marx los necesitaba de una determinada manera y con un determinado comportamiento ideal para redimir a la Historia. Tenemos muchos ejemplos

de cómo las categorías sociales son flexibles, políticas, y a menudo son meros productos de la necesidad más coyuntural. Otra cosa es que sus consecuencias sean muy reales. Por ejemplo, los bolcheviques se inventaron el contenido de la palabra Kulak (campesino rico) cuando querían socializar a la fuerza al campesinado soviético, y justificar la liquidación económica y física de los campesinos que se oponían a sus planes. Muchos kulaks se enteraron de que lo eran el día en que un comisario político les señaló con el dedo que iba a ser deportados. ¡Dígame qué diferencia un kulak o un proletario de una “persona común” aparte de su uso político? Al menos yo “sé” que la “gente ordinaria” solo va a aparecer en los periódicos, para su desgracia, en la sección de sucesos, o que serán los equivalentes de un kulak o un comisario soviéticos, pero ciertamente esa gente no será Stalin, ni Franco, ni sus ministros. ¿Es esto preciso? No, pero aún no encontrado el laboratorio donde meter para analizar los términos y categorías sociales en una máquina y que me diga si son 100% puros y cómo usarlos de acuerdo a las instrucciones. Sospecho que no va a existir, y si “existe” es mentira. En suma, las “vidas comunes” no es tanto una categoría como el producto del deseo de dejar hablar a los que casi nunca han interesado al poder (y a los historiadores). Y esta intención, ¿no es más válida, en lo moral y hasta más productiva en lo narrativo que toda la esterilidad teórica de las categorías analíticas que serán elegantes y en apariencia precisas pero tienen poco que ver con lo que la gente vive y piensa cada día?

■ *¿Cuáles las fuentes para la historia de “hombres y mujeres de a pie” bajo dictaduras y regímenes autoritarios?*

□ *Eso depende del grado de cultura de la población y del periodo histórico. Una población relativamente culta dejará más documentos escritos, como diarios o memorias, que otra analfabeta. Si la dictadura es reciente, todavía se podrá entrevistar a la gente y hacer buenas historias orales. También es más fácil procesar datos sociológicos para las últimas décadas que cuando estos no existían las modernas técnicas de recogida de datos. Por último, hay un factor clave que es la actitud del historiador: que le interese de verdad saber qué fue la vida de esta gente de a pie y que, en vez de imponer en su análisis sus propios prejuicios y preferencias ideológicas, escuche lo que las voces del pasado dicen, y las reproduzca lo más fielmente posible. Si uno va a al pasado a demostrar una teoría seguro que lo consigue, otra cosa es que uno haya ido realmente al pasado y no – en un viaje más corto, fácil*

y previsible – hasta el final de sus propia expectativas.

■ *Es especialmente interesante el abordaje que usted hace acerca del impacto del régimen franquista bajo estas “vidas comunes” en su libro porque se trata de una dictadura de larga duración. Estas vidas, en este sentido, han sido afectadas de diferentes maneras acorde al contexto del régimen y también del contexto internacional más amplio...*

□ *Sí, a lo largo de casi cuarenta años de dictadura, los efectos de esta en la vida de la gente fueron múltiples. Pero quiero hacer incidencia en dos aspectos por diferentes razones: 1) el hambre y la miseria de la España de posguerra y 2) el papel del trauma de la Guerra Civil.*

Uno de los episodios más dramáticos y desconocidos fuera del país (y, desgraciadamente, por las nuevas generaciones) unas 200,000 personas murieron de hambre en España en los años 40. Millones más pasaron mucha hambre y vivieron en condiciones de miseria hasta los años 60. Esto lo he explicado en detalle en mis libros, pero quiero señalar que este fenómeno terrible no fue un accidente sino el producto de, por un lado, la política de autarquía que Franco impuso en España hasta 1959, y por otro la corrupción y la revancha social que practicaron los vencedores de la Guerra Civil a partir de 1939, hundiendo los salarios y desposeyendo a los pobres de sus derechos sociales. España fue un país de ladrones amparados por la ley.

El otro aspecto que quiero señalar fue el impacto del gran trauma de la Guerra Civil donde murieron al menos unas 400,000 personas (a menudo asesinadas a sangre fría), y otras 300,000 partieron hacia el exilio, y en general, los primeros años de durísima represión del régimen, que quizás fusiló a unas 50,000 personas. Este trauma se transformó en el valor político más importante de los españoles durante las décadas siguientes: “Nunca más” una guerra civil. La combinación de la preocupación por la supervivencia material y el miedo a la violencia favorecieron al régimen. La gente ni quería ni concebía forzar el cambio político... ya había perdido demasiado y el futuro amenazaba lo mismo. La Paz de Franco fue la paz del miedo y llegó hasta el último día de su dictadura en 1975; su progreso económico solo llegó en los años 60. Estos dos parámetros fueron los que más marcaron la vida de la gente, y sin los que no se entienden los movimientos sociales en España durante y después de la dictadura.

■ *En su trabajo, es fundamental lidiar con la dicotomía que da nombre al libro – si es que*

podemos llamarla “dicotomía” – entre *miedo* y *progreso*. Pero, también, lidiar con ambivalencias entre represión y acomodación o consentimiento, ¿cierto? ¿Cuál es la importancia de estos binomios para una mejor comprensión del franquismo?

■ *En buena medida he respondido esto en la pregunta anterior; pero déjeme que le explique el significado del título del libro. Mi intención era insertar la experiencia española en la Europa occidental de posguerra. La idea básica fue que en la Europa capitalista (con la exclusión de España, Portugal y Grecia) se produjo el llamado “Pacto Social” entre capital, trabajo y el Estado para repartir los frutos del gran desarrollo socioeconómico del continente a partir de 1947. Este era un pacto en esencia de “libertad y progreso”. En España este pacto no existió. En vez de democracia los españoles vivieron en miedo y por eso no pudieron negociar con el capital ni con el Estado la redistribución del progreso material. El resultado fue el hambre primero en los años 40, la miseria de los años 50, y solo el muy tardío y desigual desarrollo económico de los años 60, cuando, a base de la explotación del trabajo, el país salió adelante. Mientras tanto, el capital español apenas si estuvo limitado por el Estado y desde luego pagó muy pocos impuestos, lo que se tradujo en escasos servicios sociales. Los ricos vivían bien pero los pobres, por ejemplo, no tenían escuelas, casas dignas o tenían que ponerse a trabajar en plena infancia. Fue un sistema creado para favorecer el capital, que dio lugar a un progreso muy distinto del resto de Europa. Sin el miedo no habría funcionado, y por eso el estado del bienestar español hubo de esperar a la llegada de la democracia para aproximarse al europeo. Sin embargo, los efectos sociales del miedo y del peculiar progreso franquista duraron mucho tiempo después. España, por ejemplo, perdió mucho terreno en comparación a Italia, un país históricamente muy cercano en los parámetros económicos, sociales y culturales. Cuando yo era un niño, la dictadura nos consolaba comparando los datos sociales y culturales de España con otra dictadura similar, también longeva y al servicio del capital: Portugal.*

■ En su libro, recientemente publicado en español, *Franco. Biografía del mito*³, usted ha optado por contar la historia de la construcción del “mito, en lugar de lo que podríamos comprender como una “biografía tradicional” del General Franco. ¿Usted

podría explicarnos las razones de dicha elección y las implicaciones teóricas-metodológicas?

■ *Hay excelentes biografías de Franco, lo que no hay, o mejor había, es una explicación de quién fue Franco para los españoles, por qué y cómo ese significado, y su imagen cambiaron durante las cuatro décadas de dictadura. La biografía clásica de los personajes históricos es muy importante, y a veces interesante y hasta ilustrativa, pero yo encuentro más fascinante la biografía sociocultural de los personajes porque nos ayuda a entender la vida de la gente que normalmente no es merecedora de biografías, esa “gente ordinaria, que solo aparece en la historia como “masas” pasivas o activas pero siempre por sorpresa. Franco, en realidad, fue un tipo personalmente poco atractivo, y su carrera militar y política no fue tan excepcional como luego se representó, y solo se entiende en el contexto de una España pobre y con serios problemas políticos. Lo interesante para mí fue cómo esta ordinariéz de Franco se convirtió, en la propaganda y en la imaginación de millones españoles, en algo extraordinario, mítico y hasta divino. La implicación teórica y metodológica de esta forma de escribir biografía es simple: la biografía tradicional se centra en el sujeto, convirtiéndolo en extraordinario, y en sus relaciones de poder; esto es, aísla al sujeto de la sociedad, o hace pasiva a esta. La biografía cultural en cambio explica al sujeto a través de la sociedad. A mí me interesa más la sociedad. Al final hacer un tipo u otro de biografía es una decisión moral y política, y de imaginación, no lo olvidemos.*

■ En su monumental biografía de Adolf Hitler, Ian Kershaw llama la atención para los problemas alrededor de la escrita biográfica de líderes autoritarios, al mismo tiempo en que nos señala el hecho de la biografía de un personaje como Hitler nos debe permitir comprender, en primer lugar, la sociedad que ha producido aquel tipo de poder. ¿Usted está de acuerdo? ¿Usted podría hablarnos un poco sobre las dificultades/especificidades de dedicarse a un trabajo como este?

■ *Como queda claro en mi respuesta anterior, estoy completamente de acuerdo con Kershaw. Una biografía de este tipo tiene dos dificultades. La primera es que es muy difícil saber lo que la gente realmente piensa en una dictadura. ¿Quién se atreve a responder con honestidad a una encuesta pública? La segunda, derivada de la primera, es no confundir lo que dice la propaganda con lo que la gente percibe y*

³ CAZORLA, Antonio. *Franco. Biografía del mito*. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

decide, esto es, no creer que los discursos públicos se corresponden automáticamente con las mentalidades sociales. Repito, este tipo de biografía es difícil y más incierta que la clásica, por eso el historiador tiene que tener un cierto escepticismo hacia la veracidad de su propio discurso... aunque, a diferencia del biógrafo clásico, al menos corre menos riesgo de enamorarse del excepcionalidad de su sujeto de estudio.

■ En el último capítulo de *Franco. Biografía del mito*, usted realiza un análisis interesante acerca de la memoria del franquismo en la sociedad española desde su muerte. ¿Qué la memoria construida alrededor de su figura, desde entonces, nos puede decir acerca de la democracia española?

□ *Sabemos que los valores políticos de los españoles de hoy son abrumadoramente democráticos y humanistas. No tienen nada que ver con los de la dictadura de Franco. Otra cosa es lo que los partidos políticos, el Gobierno central y los de las autonomías hagan para enseñar el pasado y reforzar los valores cívicos. En este sentido, el balance tiene muchos altibajos. Se ha avanzado mucho en cuanto al conocimiento del pasado y compensación a las víctimas, pero España tiene un gran déficit de Historia Pública de la Guerra Civil y el franquismo. Este déficit es producto tanto de la falta de imaginación de las autoridades como del interés, rentable entre muchos electores, del Partido Popular (conservador, actualmente en el Gobierno) de olvidar el pasado argumentando que no interesa. El caso es que sí interesa. Cuando se abren centros de información, se establecen rutas históricas, o incluso pequeños museos, el público acude en gran número. La democracia española no es perfecta, y uno de sus lagunas más importantes es la enseñanza histórica. Pero esto no es excepcional: los Estados Unidos no han tenido un museo de la esclavitud hasta hace poco; el Reino Unido, Francia y Holanda todavía tienen que explicar a sus ciudadanos su historia imperial, etc. La gran excepción mundial de un proyecto de memoria histórica crítico a escala nacional es el de Alemania frente al pasado nazi, y este es más bien reciente. Lo curioso es que la Historia Pública tiene el futuro de su parte: genera turismo y actividad económica. El peligro*

está en la trivialización del pasado, que se convierta en un mero producto de consumo exento de una base ética e didáctica, como a veces ocurre con visitantes de los campos de concentración y exterminio nazi.

■ ¿Usted nos puede hablar un poco acerca de sus intereses e investigaciones más recientes? ¿Con lo que está trabajando actualmente?

□ *Actualmente trabajo en crear un museo online de la Guerra Civil española. Lo hago porque no creo que el Gobierno español tenga pensado crear nunca un museo físico, incluso si el Valle de los Caídos, situado cerca de Madrid, sería un lugar ideal para ello. Este museo online ayudaría a conectar a las diferentes islas de Historia Pública, ahora dispersas, que existen en España y en el mundo, sobre la Guerra Civil y el franquismo, haciendo posible educar, entretener y hacer posible la investigación a millones de personas de todo el mundo. Además, estoy investigando para escribir una historia sociocultural de los pueblos de colonización agraria creados por Franco, y otra historia social de los pescadores españoles, sobre los que, a diferencia de la pesca, sabemos muy poco. Los pescadores son un ejemplo de la gente “sin historia” que me interesan.*

Referências

BURGOS, Claudio Hernández. Más allá del consenso y la oposición: las actitudes de la “gente corriente” en regímenes dictatoriales. Una propuesta de análisis desde el régimen franquista. In: *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 50, sept.-dic. 2014.

CAZORLA, Antonio. *Miedo y Progreso: los españoles de a pie bajo el franquismo, 1939-1975*. Madrid: Alianza, 2016.

_____. *Franco. Biografía del mito*. Madrid: Alianza Editorial, 2015.

_____. (Ed.). *Las cartas a Franco de los españoles de a pie*. Barcelona: RBA, 2014.

_____. *Franco: The Biography of the Myth*. Oxon/New York: Routledge, 2013.

_____. *Fear and Progress: Ordinary Lives in Franco's Spain (1936-1975)*. Oxford: Blackwell-Wiley, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 1.

Autor/Author:

JANAINA MARTINS CORDEIRO janainamcordeiro@gmail.com

• Professora Adjunta de História Contemporânea do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em História pela mesma instituição, é Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ, 2015-2018) e autora de *A ditadura em tempos de Milagre: comemorações, orgulho e consentimento* (FGV, 2015) e *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil* (FGV, 2009).

• Associate Professor of Contemporary History of the History Department and Graduate Program of the Universidade Federal Fluminense (UFF). PhD in History by the same institution, she is a Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ, 2015-2018) and author of *A ditadura em tempos de Milagre: comemorações, orgulho e consentimento* (FGV, 2015) and *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil* (FGV, 2009).